

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO CORREGEDOR DO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
brasileiro(a), \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador(a) do  
(estado civil) (profissão)  
RG nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_,  
(nº identidade/órgão expedidor) (nº CPF)  
residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_  
(endereço completo para contato)  
\_\_\_\_\_  
(complemento do endereço) (cidade e estado da federação)

CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, vem perante Vossa Excelência, com base no art.103-B, §  
4º, III, da Constituição Federal, e arts. 80 e seguintes do Regimento Interno do  
Conselho Nacional de Justiça, oferecer a presente

**REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO**

contra \_\_\_\_\_  
(indicar o órgão do Poder Judiciário onde o processo se encontra com excesso injustificado de prazo)  
relativamente ao processo nº \_\_\_\_\_  
(indicar o nº do processo que se encontra com prazo excedido)

pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:



## **I – DO DIREITO:**

O art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

No mesmo diapasão, determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que é dever de todo magistrado, *in verbis*:

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979**

Art. 35 - São deveres do magistrado:

(...)

II - não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

Assim, considerando que é direito do Requerente a razoável duração do processo, nos termos da legislação processual em vigor, e que o excesso injustificado de prazo representa infração disciplinar cometida pelo magistrado em questão, cumpre a essa Corregedoria Nacional de Justiça, à luz dos fatos e das provas trazidas, fazer cumprir a Lei e a Constituição para que o representado responda, administrativamente, pela mora processual que deu causa.

## **III – DO PEDIDO**

Ante todo o exposto, requer ao Conselho Nacional de Justiça sejam apurados os fatos acima narrados, instaurando-se o competente processo legal administrativo para aplicação da sanção disciplinar cabível e prevista em lei para a espécie.

Acompanha a presente toda a documentação necessária a demonstrar o alegado excesso injustificado de prazo.

Termos em que,  
pede e espera deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
(local) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
(assinatura)